

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. E CONTROLADA

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Referentes aos Períodos de Três e de Nove Meses findos
em 30 de setembro de 2020 e
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Parapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Parapanema Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



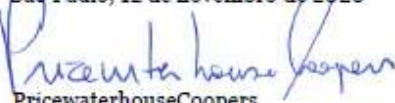
Rio Paranapanema Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP009160/O-5



Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

**Sumário**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	2
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	15
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	15
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	17
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	19
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	21
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS.....	23
6. CLIENTES.....	23
7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDO	25
8. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	27
9. INVESTIMENTO.....	27
10. IMOBILIZADO.....	28
11. INTANGÍVEL.....	30
12. FORNECEDORES	32
13. ENCARGOS SETORIAIS	33
14. DEBÊNTURES.....	33
15. DIVIDENDOS	35
16. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR.....	35
17. PARTES RELACIONADAS	35
18. PROVISÕES PARA RISCOS	36
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	39
20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40
21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	40
22. RESULTADO FINANCEIRO.....	43
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	44
24. LUCRO POR AÇÃO	44
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45
26. SEGUROS.....	45
27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	46
28. COMPROMISSOS	46
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	46
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.....	47
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	48

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais indicadores

	Consolidado		
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	444.811	381.978	16,4
Outras receitas	84	80	5,0
(-) Deduções à receita operacional	(48.052)	(41.757)	15,1
Receita operacional líquida	396.843	340.301	16,6
(-) Custos e despesas operacionais	(259.206)	(252.688)	2,6
Resultado operacional	137.637	87.613	57,1
Ebitda	192.388	142.850	34,7
Margem Ebitda - %	48,5%	42,0%	6,5 p.p
Resultado financeiro	(120.809)	(7.508)	1.509,1
Resultado antes dos impostos	16.828	80.105	-79,0
Lucro líquido do período	11.048	53.885	-79,5
Margem líquida - %	2,8%	15,8%	-13 p.p.
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	94.433	94.433	-
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	0,11699	0,57062	-79,5

A receita operacional líquida apresentou crescimento de 16,6% ou R\$ 56,5 milhões, principalmente devido às receitas adicionais no mercado de curto prazo e aos contratos bilaterais de curto prazo devido a um GSF melhor em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais

	Consolidado		
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	Variação %
Pessoal	(21.354)	(18.682)	14,3
Material	(2.777)	(2.817)	-1,4
Serviços de terceiros	(15.155)	(15.288)	-0,9
Energia comprada	(115.431)	(105.170)	9,8
Depreciação e amortização	(54.751)	(55.237)	-0,9
Encargos de uso da rede elétrica	(36.112)	(33.659)	7,3
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(6.396)	(11.415)	-44,0
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.679)	(1.687)	-0,5
Seguros	(2.352)	(2.305)	2,0
Aluguéis	(514)	(559)	-8,1
Provisões para riscos	1.209	(77)	1.670,1
Compartilhamento de despesas	(2.516)	(2.687)	-6,4
Outros	(1.378)	(3.105)	55,6
	(259.206)	(252.688)	2,6

As despesas operacionais totalizaram R\$ 259,2 milhões no 3º trimestre de 2020, um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 252,7 milhões).

Os principais fatores que resultaram no aumento das despesas operacionais foram:

- Pessoal: Aumento de R\$ 2,7 milhões ou 14,3% principalmente em virtude de aumento no quadro de operadores das usinas para atendimento à requisitos legais referentes ao turno noturno;
- Energia comprada: Aumento de R\$ 10,3 milhões, em razão da expectativa de um cenário hídrico mais severo do que o efetivamente verificado e que contribuiu para o aumento da receita no MCP;
- Encargos de uso da rede elétrica: Aumento de R\$ 2,5 milhões ou 7,3% em razão de atualização das tarifas entre os períodos, com reajustes acima da inflação;
- CFURH: Redução de R\$ 5,0 milhões ou 44,0%, em razão da queda de 46% na geração de energia das usinas;
- Redução de R\$ 4,0 milhões nos demais custos e despesas.

Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	Variação %
Lucro líquido do período	11.048	53.885	-79,5
Imposto de renda e contribuição social	5.780	26.220	-78,0
Resultado financeiro (líquido)	120.809	7.508	1.509,1
Depreciação e amortização	54.751	55.237	-0,9
Ebitda	192.388	142.850	34,7
Margem Ebitda	48,5%	42,0%	6,5 p.p

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, já que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou aumento de 49,5 milhões, equivalente a 34,7%, principalmente em razão da elevação da receita operacional líquida. Assim, a margem Ebitda apurada no 3º trimestre de 2020 foi de 48,5%.

Resultado financeiro

	Consolidado		
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	Variação %
Receitas	6.945	25.071	-72,3
Despesas	(127.754)	(32.579)	292,1
Resultado financeiro líquido	(120.809)	(7.508)	1.509,1

O resultado financeiro líquido, no 3º trimestre de 2020 foi negativo em R\$ 120,8 milhões, que representa uma piora de R\$113,3 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Vale destacar como fatores principais para esse desempenho negativo:

- Redução de R\$ 18,1 milhões nas receitas financeiras, principalmente em virtude da remuneração das aplicações financeiras do caixa disponível (redução no CDI de 5,40% para 1,90% entre os dois períodos);
- Aumento de R\$ 99,7 milhões nas despesas financeiras relativas à atualização monetária do passivo da liminar do GSF (elevação no IGP-M de -0,28% para 9,59% entre os dois períodos).

Debêntures

	Remuneração	Vencimento	Consolidado		Variação %
			30/09/2020	31/12/2019	
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	365.136	364.377	0,2
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	111.902	223.708	-50,0
Debêntures 7ª emissão série 1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	224.259	-100,0
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	221.969	221.170	0,4
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	159.516	161.684	-1,3
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	177.826	177.348	0,3
			1.036.349	1.372.546	-24,5

O saldo de debêntures no 3º trimestre de 2020, é de R\$ 1.036,3 milhões, inferior em 24,5% aos R\$ 1.372,5 milhões, do encerramento do exercício de 2019.

Essa redução é resultado principalmente da amortização de principal na ordem de R\$ 300 milhões, sem o respectivo refinanciamento em virtude das condições atípicas do mercado financeiro devido à pandemia. Além disso, houve pagamento de variação monetária e juros das debêntures atuais no montante de R\$ 104,2 milhões e apropriação contábil de R\$ 68,0 milhões de juros e variações monetárias.

Dívida financeira líquida

	Consolidado		Variação %
	30/09/2020	31/12/2019	
Debêntures	1.036.349	1.372.546	-24,5
Curto prazo	353.183	355.375	-0,6
Longo prazo	683.166	1.017.171	-32,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.027.944)	(1.121.907)	-8,4
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(792)	(597)	32,7
Dívida líquida	7.613	250.042	-97,0

A dívida líquida é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida, em comparação com 31 de dezembro de 2019, reduziu 97,0%, principalmente em função da redução do saldo das debêntures, pelos motivos explanados acima.

A Companhia continua mantendo em sua posição de caixa, a reserva dos valores para eventual pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF).

Lucro líquido do período

Em função de todos os comentários e fatores supracitados, com destaque para o aumento da variação monetária do passivo relativo a liminar do GSF, a Companhia registrou, no 3º trimestre de 2020, um lucro líquido de R\$ 11,0 milhões, apresentando redução de R\$ 42,8 milhões ou (-79,5%) em comparação com o mesmo período do ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	986.826	1.087.193	1.027.944	1.121.907
Clientes	6	196.188	144.489	197.602	147.361
Tributos a recuperar	7	1.874	9.268	2.554	10.795
Partes relacionadas	17	370	474	370	474
Serviços em curso		13.184	4.472	13.184	4.472
Despesas antecipadas		8.048	5.741	8.188	5.818
Outros créditos		1.691	1.465	1.725	1.495
Total do ativo circulante		1.208.181	1.253.102	1.251.567	1.292.322
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	792	597	792	597
Clientes	6	-	1.035	-	1.035
Tributos a recuperar	7	819	819	2.243	2.226
Impostos diferidos	7.2	295.078	225.381	295.078	225.381
Depósitos judiciais	8	56.325	55.521	56.325	55.521
Despesas antecipadas		2.094	2.461	2.094	2.464
		355.108	285.814	356.532	287.224
Investimentos	9	170.767	170.649	2	2
Controladas		170.765	170.647	-	-
Outros		2	2	2	2
Imobilizado	10	2.516.965	2.653.028	2.672.675	2.807.869
Intangível	11	25.198	23.897	25.742	24.367
Total do ativo não circulante		3.068.038	3.133.388	3.054.951	3.119.462
Total do ativo		4.276.219	4.386.490	4.306.518	4.411.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	12	1.169.843	1.033.569	1.192.555	1.057.201
Salários, provisões e contribuições sociais		17.667	16.325	18.128	16.740
Tributos a recolher	7	137.828	77.840	138.192	78.275
Encargos setoriais	13	19.452	10.676	19.460	10.684
Indenização socioambiental		-	890	-	890
Debêntures	14	353.183	355.375	353.183	355.375
Dividendos	15	1.329	126.580	1.329	126.580
Juros sobre capital próprio (JSCP)	16	238	57.928	238	57.928
Partes relacionadas	17	1.686	1.764	1.756	1.831
Receitas diferidas		3.555	15.378	3.555	15.378
Outras obrigações		314	2.047	317	2.071
Total do passivo circulante		1.705.095	1.698.372	1.728.713	1.722.953
Não circulante					
Fornecedores	12	27.618	27.271	27.618	27.271
Encargos setoriais	13	11.079	15.216	11.079	15.216
Indenização socioambiental		14.054	11.462	14.054	11.462
Debêntures	14	683.166	1.017.171	683.166	1.017.171
Plano de aposentadoria		18.465	18.465	18.465	18.465
Provisões para riscos	18	36.705	38.138	43.276	38.670
Receitas diferidas		2.533	3.566	2.643	3.747
Outras obrigações		5.592	6.032	5.592	6.032
Total do passivo não circulante		799.212	1.137.321	805.893	1.138.034
Total do passivo		2.504.307	2.835.693	2.534.606	2.860.987
Patrimônio líquido	19				
Capital social		839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros		155.887	158.378	155.887	158.378
Lucros acumulados		260.128	-	260.128	-
Ajuste de avaliação patrimonial		399.955	436.477	399.955	436.477
Total do patrimônio líquido		1.771.912	1.550.797	1.771.912	1.550.797
Total do passivo e patrimônio líquido		4.276.219	4.386.490	4.306.518	4.411.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita operacional líquida	20	390.156	1.137.878	334.184	1.047.413
Custos operacionais					
Pessoal		(16.085)	(45.587)	(15.247)	(42.271)
Material		(2.192)	(5.705)	(2.648)	(5.684)
Serviços de terceiros		(7.474)	(21.567)	(8.233)	(20.668)
Energia comprada	21.2	(114.429)	(226.023)	(102.918)	(226.484)
Depreciação e amortização		(51.349)	(153.857)	(51.724)	(155.471)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(35.964)	(105.349)	(33.526)	(96.678)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(6.396)	(20.386)	(11.415)	(29.301)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.655)	(4.964)	(1.662)	(4.987)
Seguros		(2.319)	(6.971)	(2.262)	(6.879)
Aluguéis		-	-	(12)	(12)
Provisões para riscos		772	749	117	(1.375)
Outros		(221)	(949)	(208)	(689)
		(237.312)	(590.609)	(229.738)	(590.499)
Resultado bruto		152.844	547.269	104.446	456.914
Despesas operacionais					
Pessoal		(4.559)	(10.726)	(2.890)	(11.221)
Material		(71)	(232)	(10)	(63)
Serviços de terceiros		(6.242)	(16.602)	(5.372)	(13.542)
Depreciação e amortização		(1.007)	(3.006)	(801)	(2.364)
Aluguéis		(466)	(921)	(475)	(1.510)
Provisões para riscos		396	384	(27)	(825)
Compartilhamento de despesas		(2.516)	(8.984)	(2.687)	(7.268)
Outras		(1.073)	1.857	(2.811)	(3.983)
		(15.538)	(38.230)	(15.073)	(40.776)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(1.665)	118	(912)	1.149
		(1.665)	118	(912)	1.149
Resultado operacional		135.641	509.157	88.461	417.287
Resultado financeiro	22				
Receitas		6.705	29.612	23.349	57.595
Despesas		(125.807)	(218.399)	(32.450)	(149.480)
		(119.102)	(188.787)	(9.101)	(91.885)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		16.539	320.370	79.360	325.402
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		(42.496)	(171.448)	(36.896)	(143.308)
Diferido		37.005	64.280	11.421	35.870
		(5.491)	(107.168)	(25.475)	(107.438)
Lucro líquido do período		11.048	213.202	53.885	217.964
Lucro líquido básico por lotes de mil ações, em reais	24	0,11699	2,25771	0,57062	2,30813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita operacional líquida	20	396.843	1.157.793	340.301	1.065.601
Custos operacionais					
Pessoal		(16.733)	(47.417)	(15.792)	(43.885)
Material		(2.656)	(6.571)	(2.807)	(6.184)
Serviços de terceiros		(8.526)	(24.553)	(9.575)	(23.899)
Energia comprada	21.2	(115.431)	(227.872)	(105.170)	(229.252)
Depreciação e amortização		(53.733)	(161.231)	(54.424)	(163.564)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(36.112)	(105.764)	(33.659)	(97.112)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(6.396)	(20.386)	(11.415)	(29.301)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.679)	(5.038)	(1.687)	(5.062)
Seguros		(2.352)	(7.068)	(2.305)	(7.013)
Aluguéis		-	-	(22)	(22)
Provisões para riscos		799	832	18	(1.596)
Outros		(253)	(1.005)	(274)	(771)
		(243.072)	(606.073)	(237.112)	(607.661)
Resultado bruto		153.771	551.720	103.189	457.940
Despesas operacionais					
Pessoal		(4.621)	(10.787)	(2.890)	(11.244)
Material		(121)	(291)	(10)	(81)
Serviços de terceiros		(6.629)	(17.752)	(5.713)	(14.637)
Depreciação e amortização		(1.018)	(3.041)	(813)	(2.396)
Aluguéis		(514)	(1.010)	(537)	(1.668)
Provisões para riscos		410	433	(95)	(939)
Compartilhamento de despesas		(2.516)	(8.984)	(2.687)	(7.268)
Outras		(1.125)	1.707	(2.831)	(4.055)
		(16.134)	(39.725)	(15.576)	(42.288)
Resultado operacional		137.637	511.995	87.613	415.652
Resultado financeiro	22				
Receitas		6.945	30.545	25.071	62.322
Despesas		(127.754)	(221.236)	(32.579)	(150.423)
		(120.809)	(190.691)	(7.508)	(88.101)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		16.828	321.304	80.105	327.551
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		(42.785)	(172.382)	(37.641)	(145.457)
Diferido		37.005	64.280	11.421	35.870
		(5.780)	(108.102)	(26.220)	(109.587)
Lucro líquido do período		11.048	213.202	53.885	217.964
Lucro líquido básico por lotes de mil ações, em reais	24	0,11699	2,25771	0,57062	2,30813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS
PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro líquido do período	11.048	213.202	53.885	217.964
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	858	2.497	245	706
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(295)	(862)	(83)	(239)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas macroeconômicas do plano de pensão	-	6.278	-	-
	563	7.913	162	467
Resultado abrangente do período	11.611	221.115	54.047	218.431

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Total do patrimônio líquido
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	839.138	116.804	158.378	-	587.387	(150.910)	1.550.797
Resultado abrangente do período	-	-	-	213.202	-	-	213.202
Lucro líquido do período	-	-	-	(30)	-	2.527	2.497
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	6.278	6.278
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas macroeconômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	2.491	-
Reclassificação reserva de lucros	-	-	(2.491)	-	-	(1.665)	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	1.665	8.769	221.115
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	(2.491)	213.172	1.665	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	71.145	(71.145)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(24.189)	24.189	-	-
	-	-	-	46.956	(46.956)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	839.138	116.804	155.887	260.128	542.096	(142.141)	1.771.912

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Total do patrimônio líquido
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	839.138	116.804	157.797	-	654.127	(132.445)	1.635.421
Resultado abrangente do período	-	-	-	217.964	-	-	217.964
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	706	706
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	(239)	(239)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(467)	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	467	-	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	467	217.964	-	-	218.431
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	73.735	(73.735)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(25.070)	25.070	-	-
	-	-	-	48.665	(48.665)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	839.138	116.804	158.264	266.629	605.462	(132.445)	1.853.852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		320.370	325.402	321.304	327.551
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		156.863	157.835	164.272	165.960
Perda na baixa do ativo imobilizado/intangível e obrigações especiais		1.244	2.731	1.254	2.732
Apropriação de juros sobre debêntures	14	50.915	67.935	50.915	67.935
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	1.290	1.509	1.290	1.509
Variação monetária sobre debêntures	14	15.804	28.223	15.804	28.223
Variação monetária sobre provisão para riscos	18	1.519	1.619	1.559	1.639
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(2.141)	(3.635)	(2.144)	(3.637)
Variação monetária referente a liminar GSF	22	139.261	33.538	142.047	34.274
Variação monetária referente a indenização socioambiental	22	1.703	452	1.703	452
Variação monetária TUSD-g	22	2.222	4.311	2.222	4.311
Variação monetária P&D		292	630	292	630
Provisão para riscos	18	(1.133)	2.200	(1.265)	2.535
Arrendamento - IFRS 16	18	275	118	275	118
Equivalência patrimonial	9	(118)	(1.149)	-	-
		367.996	296.317	378.224	306.681
Variações nos ativos					
Clientes		(50.664)	58.871	(49.206)	59.384
Partes relacionadas		104	(160)	104	(160)
Depósitos judiciais		114	-	114	-
Serviços em curso		(8.743)	(1.800)	(8.743)	(1.800)
Despesas antecipadas		(1.940)	(2.163)	(2.000)	(2.189)
Outras variações ativas		(333)	(381)	(336)	(389)
		(61.462)	54.367	(60.067)	54.846
Variações nos passivos					
Fornecedores		(4.110)	122.649	(7.816)	123.792
Salários, provisões e contribuições sociais		1.342	(3.885)	1.388	(3.872)
Impostos, taxas e contribuições		(452)	(20.774)	29	(21.535)
Receitas diferidas		(12.856)	(2.653)	(12.927)	(1.875)
Partes relacionadas		(78)	1.737	(75)	1.801
Provisão para riscos		(1.623)	(9.757)	(1.761)	(9.793)
Outras variações passivas		4.580	6.126	4.558	5.730
		(13.197)	93.443	(16.604)	94.248
Caixa gerado nas operações					
		613.707	769.529	622.857	783.326
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(75.523)	(91.579)	(75.523)	(91.579)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14	(28.691)	(26.140)	(28.691)	(26.140)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(103.614)	(121.106)	(104.270)	(123.048)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		405.879	530.704	414.373	542.559
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução de capital na controlada		-	70.000	-	-
Recebimento na venda de imobilizado		155	323	155	323
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(23.588)	(24.409)	(25.678)	(25.421)
Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas atividades de investimentos		(23.433)	45.914	(25.523)	(25.098)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de debêntures		(299.992)	(159.675)	(299.992)	(159.675)
Pagamento de dividendos	15	(125.032)	(120.923)	(125.032)	(120.923)
Pagamento de juros sobre capital próprio	16	(57.789)	(62.884)	(57.789)	(62.884)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(482.813)	(343.482)	(482.813)	(343.482)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(100.367)	233.136	(93.963)	173.979
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.087.193	897.818	1.121.907	991.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		986.826	1.130.954	1.027.944	1.165.083

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas					
Vendas de energia	21	1.281.419	1.179.532	1.302.086	1.198.438
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10	19.414	22.698	27.776	23.710
		1.300.833	1.202.230	1.329.862	1.222.148
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede	21	(331.372)	(323.162)	(333.636)	(326.364)
Materiais e serviços de terceiros		(63.520)	(62.655)	(76.943)	(68.511)
Outros custos operacionais		(12.533)	(23.286)	(12.643)	(23.820)
		(407.425)	(409.103)	(423.222)	(418.695)
Valor adicionado bruto		893.408	793.127	906.640	803.453
Depreciação e amortização	10 e 11	(156.863)	(157.835)	(164.272)	(165.960)
Valor adicionado líquido produzido		736.545	635.292	742.368	637.493
Aluguéis		335	226	335	226
Equivalência patrimonial	9	118	1.149	-	-
Receitas financeiras		29.612	57.595	30.545	62.322
Valor adicionado recebido em transferência		30.065	58.970	30.880	62.548
Valor adicionado total a distribuir		766.610	694.262	773.248	700.041
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		32.064	29.629	33.122	30.536
Benefícios		6.649	6.173	6.963	6.548
FGTS		2.698	3.876	2.786	3.946
Provisão para gratificação (bônus)		1.076	493	1.125	501
Participação nos resultados		5.124	1.987	5.219	2.032
Encargos sociais (exceto INSS)		2.031	2.331	2.099	2.388
		49.642	44.489	51.314	45.951
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		256.054	264.686	258.082	267.882
Estaduais		28.287	16.053	28.302	16.063
Municipais		135	69	135	69
		284.476	280.808	286.519	284.014
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		921	1.522	1.010	1.690
Juros e amortização de custos sobre debêntures	14	52.205	69.444	52.205	69.444
Varição monetária sobre debêntures	14	15.804	28.223	15.804	28.223
Outras despesas financeiras		150.390	51.812	153.224	52.755
		219.320	151.001	222.243	152.112
Outros					
Lucros / prejuízos retidos		260.128	266.629	260.128	266.629
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado		(46.956)	(48.665)	(46.956)	(48.665)
		213.172	217.964	213.172	217.964
Valor adicionado distribuído		766.610	694.262	773.248	700.041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo.

Tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.265,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II, conforme descrito na nota explicativa 2.4.

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmeiras e Retiro, cujos dados de capacidade instalada estão descritos na nota explicativa 2.5.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 496.914 na Controladora e R\$ 477.146 no Consolidado, principalmente em virtude das transferências para o passivo circulante dos saldos da 4ª emissão de debêntures série 2, 5ª emissão de debêntures série 2 e 7ª emissão de debêntures série 2, com amortizações previstas para julho, maio e agosto de 2021, respectivamente, e da atualização do passivo relativo à liminar do GSF (com base no Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M) que foi superior à remuneração financeira do caixa reservado e investido (cuja remuneração é atrelada ao depósito interbancário - DI).

A administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais, considerando, inclusive, o desembolso de caixa em relação às liminares do GSF e Garantia física, bem como, o recebimento de valores liquidados na CCEE e que não foram efetivamente coletados devido à inadimplência do setor.

A respeito da liminar do GSF, a expectativa de desembolso é de R\$ 895.977 para a controladora e R\$ 917.987 no consolidado. Esses valores consideram os passivos relativos à liminar e, também, os valores não recebidos em virtude da judicialização e da inadimplência no ambiente da CCEE.

1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 2015, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos no que tange: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e redução da carga das distribuidoras.

A liminar concedida limitou a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF em 100%, sendo parcialmente revogada em outubro de 2018 - decisão que manteve em suspenso o pagamento dos valores de GSF retidos no período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, mas que retirou a proteção de suspensão de pagamentos de GSF a partir de fevereiro de 2018. Os valores em discussão anteriores a fevereiro de 2018 estão contabilizados na conta de fornecedores, conforme nota explicativa 12.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. a existência de restrições operativas, verificadas na operação real, associadas às características técnicas dos empreendimentos estruturantes.

Como contrapartida à proposta contida na Lei 14.052/2020, os agentes terão de abrir mão da disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação.

Em seguida à publicação, em 23 de setembro de 2020 a Aneel instaurou a Consulta Pública nº 56/2020 para tratar da operacionalização das novas condições para repactuação do risco hidrológico de geração elétrica trazidas com a publicação da Lei, cujo prazo para envio de contribuições foi até 23 de outubro de 2020.

Após a regulamentação, ora em análise pela Aneel, e divulgação dos prazos de extensão da outorga dos empreendimentos de que trata a Lei, os agentes que optarem pela adesão aos termos da repactuação deverão desistir de ação judicial cujo objeto esteja relacionado ao risco hidrológico e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação. A regulamentação está em andamento na Aneel, e a Companhia está se preparando para analisar os cálculos e impactos para posteriormente tomar a sua decisão.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria 178/2017 que definiu uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia, a partir de janeiro de 2018, em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria nº 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria nº 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 183/1998. Porém, em 10 de abril de 2019, foi publicada sentença que anula os pedidos referentes à liminar obtida para as usinas Canoas I e Canoas II.

Caso as referidas ações sejam julgadas improcedentes, a Companhia sofrerá em definitivo os efeitos da Portaria 178/2017 que definiu a redução dos montantes de garantia física das UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana. Assim, a Companhia tem registrado os efeitos financeiros regularmente de acordo com o resultado divulgado e liquidação gerida pela CCEE na rubrica de Fornecedores, conforme nota explicativa 12.

Para o ano de 2020 não houve decisões judiciais que alteraram as garantias físicas das usinas da Companhia.

As demais informações relacionadas a revisão das garantias físicas das usinas da Companhia estão descritas na nota explicativa 1.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobre contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A implantação do preço horário, até então previsto para ser implantado a partir de janeiro/2020, foi adiado pela Portaria MME nº 300 de 31 de julho de 2019, para implantação em duas fases. A primeira delas iniciou-se em janeiro de 2020, com a adoção do Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico na programação de operação; e a segunda está prevista para ocorrer em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Em 03 de março de 2020, a Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou o texto substitutivo ao Projeto de Lei 232/2016, que traz alterações ao modelo comercial do setor elétrico. Dentre os assuntos, relevantes ao setor está a aprovação do prazo de 42 meses para a eliminação total das barreiras de acesso ao mercado livre, redução de 18 para 12 meses do prazo de substituição dos descontos nas tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) concedidos às fontes alternativas de energia por medida de valoração dos atributos ambientais.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas, representam uma abordagem positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade

IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Consolidação

2.3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa 9.

As políticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa das demonstrações financeiras anuais.

2.4. Contratos de Concessão

Controladora								
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Parapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Parapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Parapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Capiara	UHE	SP/PR	Parapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Parapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Parapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Parapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Parapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.265,3	1.064,5		

As outras informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa 2.12.1. das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

2.5. Resoluções Autorizativas

Controlada								
Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da autorização	Vencimento autorização
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

As outras informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa 2.12.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descrito na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para essas demonstrações financeiras interinas, mas complementadas pelo descrito na nota explicativa 3.1 a seguir.

3.1. COVID – 19

3.1.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

A Companhia segue acompanhando de perto os efeitos e a evolução do cenário a partir do estabelecimento da pandemia do COVID – 19, especialmente no Brasil e na China, país sede da organização, assim como o cenário pandêmico em todo mundo.

Por se tratar de uma situação sem precedentes, ainda existem muitas dúvidas sobre as consequências, sejam elas econômicas ou sociais, e qual será sua abrangência, ou quando haverá vacinas e, até mesmo, conhecimento e comprovação científica para se tratar com efetividade os efeitos da contaminação pelo vírus. Por hora, as recomendações mais efetivas permanecem sendo o isolamento social, o distanciamento e a intensificação dos cuidados com higiene e limpeza.

Os potenciais impactos desta pandemia na economia do Brasil e no mercado de atuação da Companhia, geração de energia limpa, são amplamente acompanhados e não é possível estimar com precisão todos os efeitos que poderão afetar sua situação patrimonial e resultados neste momento.

Desde janeiro, a Companhia vem adotando uma série de medidas, além daquelas recomendadas pelos órgãos de saúde responsáveis no Brasil e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como forma de segurança e prevenção para que seus profissionais não sejam expostos às situações de risco, tais como:

- Instalação de um Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões relativas a Covid-19. Desde que a crise se intensificou na China, sede mundial do Grupo, e com o agravamento da crise no Brasil, esse comitê se reúne diariamente para acompanhar as últimas informações e, caso necessário, adotar novas medidas e práticas, além das que já estão em andamento;
- Cancelamento, por tempo indeterminado, de viagens nacionais e internacionais;
- Reuniões presenciais e visitas às instalações da empresa no Brasil foram suspensas e os assuntos passaram a ser tratados por meios eletrônicos utilizando sistemas de teleconferências e outras ferramentas disponíveis;
- Desde o dia 17 de março, os profissionais que exercem atividades administrativas foram orientados a cumprirem o isolamento social e estão trabalhando em *home office*, mantendo assim a continuidade e a qualidade dos serviços prestados;
- A operação e manutenção das usinas seguem planos de contingência específicos com monitoramento diário do estado de saúde de cada profissional e contratados, cujo acesso às plantas seja essencial;
- Intensificação da higienização dos transportes e equipamentos, bem como das áreas comuns dos escritórios e instalações das usinas;

- Reforço da comunicação interna, sobretudo com informações educativas sobre a doença e atualizações diárias passadas por cada líder às suas equipes;
- Elaboração de plano de retorno ao trabalho nos escritórios de São Paulo, Curitiba e Usinas;
- Implantação de canal de atendimento médico com desenvolvimento de protocolo com o objetivo de orientar quanto às medidas de prevenção, monitorar casos suspeitos e dar suporte médico aos colaboradores e contratados de toda a CTG Brasil;
- Avaliação médica prévia ao acesso às usinas através de telemedicina.
- Realização de testes Covid-19 (PCR e rápidos) em todos os colaboradores e terceiros que apresentam sintomas e/ou estão trabalhando presencialmente em nossas usinas conforme necessidade a partir da avaliação médica.
- Realização de ações para os colaboradores de promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, como aulas on-line de yoga e palestras on-line com Atila Iamarino e Dr. Dráuzio Varella;

Do ponto de vista de continuidade do negócio e da operação, a Administração está acompanhando todas as sinalizações macroeconômicas e setoriais a fim de assegurar o cumprimento de seus compromissos e atendimento às suas responsabilidades.

Estabeleceu Matriz de Risco Complementar Covid-19, que monitora e atualiza mensalmente os riscos diretamente ligados à pandemia e seus possíveis impactos na organização, bem como verifica o andamento das ações mitigatórias para controlar ou reduzir a possibilidade de impacto.

O cenário macroeconômico vem sendo influenciado pela pandemia. Essas variações estão sendo aplicadas às projeções de resultados da Administração, que permanecem favoráveis à continuidade do negócio, descartando possíveis indicativos sobre recuperação de seus ativos (*impairment*).

Desde o início da pandemia, houve sensível redução na demanda industrial por energia elétrica em diversos segmentos econômicos. Mesmo com esse evento imprevisível, a estratégia de comercialização e sazonalização da Companhia tem minimizado tais impactos.

Além disso, os pleitos recebidos de alguns de nossos clientes mais impactados pela crise são analisados e tratados de forma exclusiva. Assim, até o momento, a Companhia tem conseguido acolhê-los com êxito, preservando o bom relacionamento com seus clientes e garantindo a liquidez de seus recebíveis.

Considerando a sua responsabilidade social, bem como sua postura e atuação ética em todas as frentes de negócios, sendo um setor ainda mais essencial em tempos em que o suprimento de energia elétrica é imprescindível para o funcionamento das estruturas prioritárias e pelo isolamento social da população, a Administração da Companhia concentra seus esforços no cumprimento de seus compromissos junto a seus profissionais, autoridades fiscais, acionistas, demais credores, parceiros de negócio e a sociedade como um todo.

3.1.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/20 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

São esperados outros desdobramentos dos efeitos da pandemia no Setor que ultrapassam a esfera das concessionárias de distribuição. Dessa forma, a Aneel emitiu o Ofício Circular nº 006/2020, no sentido de uniformizar a análise dos pleitos relacionados a excludente de responsabilidade nos casos de atraso no cronograma de implantação dos empreendimentos de geração.

Em setembro de 2020, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 998/2020 com medidas estruturais para o setor elétrico para amenizar os impactos na tarifa de energia elétrica no médio e longo prazo. Dentre os principais temas abordados na MP, estão: transferência de recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) não comprometidos pelas empresas para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), redução de tarifas para a região Norte, modernização com redução de subsídios, contratação de potência por necessidade, abertura do mercado. Neste momento os agentes estão analisando as mais de duzentas emendas apresentadas no âmbito desta Medida Provisória.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para essas demonstrações financeiras intermediárias, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A principal questão que pode impactar a liquidez é o eventual pagamento das liminares referente ao fator de ajuste de energia (GSF) e Garantia física, como descrito nas notas explicativas 1.2 e 1.3, a Companhia continua mantendo em sua posição de caixa reserva que considera suficiente para fazer frente a valores que sejam necessários. A expectativa é que ocorra até o 1º trimestre de 2021, os pagamentos referentes a liminar do GSF, de acordo com os desdobramentos a partir da regulamentação em andamento.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados:

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e consolidado			
			De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	145.162	142.380	138.570	426.112
5ª	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	119.374	-	-	119.374
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	126.058	122.633	-	248.691
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	3.809	84.360	82.098	170.267
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	9.522	9.875	217.118	236.515
			403.925	359.248	437.786	1.200.959

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 4.1.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

4.2. Análise de sensibilidade

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2020 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Controladora					
		30/09/2020	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	986.741	(9.374)	(4.687)	18.748	4.687	9.374
Aplicações financeiras vinculadas	DI	792	(8)	(4)	15	4	8
		987.533	(9.382)	(4.691)	18.763	4.691	9.382
Passivos financeiros							
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	(365.136)	17.647	8.823	(35.293)	(8.823)	(17.647)
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	(111.902)	5.952	2.976	(11.904)	(2.976)	(5.952)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	(221.969)	10.533	5.266	(21.065)	(5.266)	(10.533)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	(159.516)	1.618	809	(3.235)	(809)	(1.618)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	(177.826)	8.070	4.035	(16.140)	(4.035)	(8.070)
		(1.036.349)	43.820	21.909	(87.637)	(21.909)	(43.820)
Total da exposição líquida		(48.816)	34.438	17.218	(68.874)	(17.218)	(34.438)

Instrumentos financeiros	Indexador	Consolidado					
		30/09/2020	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1.027.834	(9.764)	(4.882)	19.529	4.882	9.764
Aplicações financeiras vinculadas	DI	792	(8)	(4)	15	4	8
		1.028.626	(9.772)	(4.886)	19.544	4.886	9.772
Passivos financeiros							
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	(365.136)	17.647	8.823	(35.293)	(8.823)	(17.647)
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	(111.902)	5.952	2.976	(11.904)	(2.976)	(5.952)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	(221.969)	10.533	5.266	(21.065)	(5.266)	(10.533)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	(159.516)	1.618	809	(3.235)	(809)	(1.618)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	(177.826)	8.070	4.035	(16.140)	(4.035)	(8.070)
		(1.036.349)	43.820	21.909	(87.637)	(21.909)	(43.820)
Total da exposição líquida		(7.723)	34.048	17.023	(68.093)	(17.023)	(34.048)
		Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
		IPCA	1,70%	2,54%	3,39%	4,24%	5,09%
		DI	0,95%	1,43%	1,90%	2,38%	2,85%

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de assegurar sua capacidade de continuidade da sua operação para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Debêntures	14	1.036.349	1.372.546	1.036.349	1.372.546
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(986.826)	(1.087.193)	(1.027.944)	(1.121.907)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(792)	(597)	(792)	(597)
Dívida líquida		48.731	284.756	7.613	250.042
Patrimônio líquido		1.771.912	1.550.797	1.771.912	1.550.797
Total do capital		1.820.643	1.835.553	1.779.525	1.800.839
Índice de alavancagem financeira - (%)*		2,7	15,5	0,4	13,9

* Dívida líquida / Total do capital

Como descrito na nota explicativa 1.2, a principal questão que pode impactar a gestão de capital é o eventual pagamento das liminares referente ao fator de ajuste de energia (GSF) e Garantia física.

A estratégia de gestão de capital permanece a mesma descrita na nota explicativa 4.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixas e bancos	85	54	110	86
Aplicações financeiras	986.741	1.087.139	1.027.834	1.121.821
Certificado de depósito bancário (CDB)	986.741	1.087.024	1.027.834	1.121.243
Fundo de renda fixa	-	115	-	578
	986.826	1.087.193	1.027.944	1.121.907

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597
Aplicações	734
Rendimentos	4
Resgates	(524)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(19)
Saldos em 30 de setembro de 2020	792

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito de caixa e equivalentes de caixa que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

6. CLIENTES

6.1. Composição do saldo e abertura por vencimento

	Controladora			Consolidado		
	À vencer	30/09/2020	31/12/2019	À vencer	30/09/2020	31/12/2019
	Até 90 dias			Até 90 dias		
Contratos ACL	115.372	115.372	106.700	117.603	117.603	108.902
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	80.816	80.816	38.824	79.999	79.999	39.494
	196.188	196.188	145.524	197.602	197.602	148.396

O aumento observado na linha de energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a inadimplência para os volumes liquidados nessa modalidade de comercialização

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa 2.8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

Embora tenham sido solicitadas postergações de vencimentos por alguns poucos clientes, até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	Controladora			
	30/09/2020		31/12/2019	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	0,5	601	-	-
2 - Bom	54,1	62.402	52,0	55.531
3 - Satisfatório	40,9	47.148	47,4	50.574
4 - Regular	4,5	5.221	0,6	595
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	115.372	100,0	106.700

Rating interno	Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	0,5	601	-	-
2 - Bom	54,8	64.394	52,8	57.508
3 - Satisfatório	40,1	47.148	46,4	50.574
4 - Regular	4,6	5.460	0,8	820
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	117.603	100,0	108.902

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2019.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDO

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	Controladora			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	1.874	819	9.268	819
	1.874	819	9.268	819
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar anual	127.766	-	70.286	-
PIS e COFINS a pagar	4.534	-	5.109	-
ICMS	5.287	-	1.902	-
ISS	76	-	110	-
Outros	165	-	433	-
	137.828	-	77.840	-

	Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	2.554	819	10.795	819
INSS	-	1.424	-	1.407
	2.554	2.243	10.795	2.226
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar anual	128.009	-	70.576	-
PIS e COFINS a pagar	4.616	-	5.190	-
ICMS	5.288	-	1.902	-
ISS	86	-	122	-
Outros	193	-	485	-
	138.192	-	78.275	-

Os valores registrados em dezembro de 2019 referente a IRPJ/CSLL, contemplam as deduções anuais acumuladas.

7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões	2.349	845	3.194	2.965	1.068	4.033
Contingências	9.786	3.523	13.309	10.073	3.626	13.699
Valores recebidos a maior RTE	66	24	90	64	23	87
Arrendamento mercantil	100	36	136	26	9	35
Liminar GSF	353.043	127.096	480.139	318.228	114.563	432.791
Benefício fiscal	10.185	3.667	13.852	11.480	4.133	15.613
Ajuste atuarial plano de pensão	991	357	1.348	-	-	-
Receita diferida	1.503	541	2.044	4.717	1.698	6.415
Total bruto	378.023	136.089	514.112	347.553	125.120	472.673
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	(154.541)	(55.635)	(210.176)	(172.327)	(62.038)	(234.365)
Ajuste atuarial plano de pensão	-	-	-	(2.992)	(1.077)	(4.069)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	(161.054)	(57.980)	(219.034)	(181.832)	(65.460)	(247.292)
Imposto diferido líquido	216.969	78.109	295.078	165.721	59.660	225.381

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

Conta	2020	2021	2022	2023	2024	a partir de 2025	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(474.904)	29.488	28.573	24.855	17.727	79.183	(295.078)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

7.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Saldo oriundo da incorporação (vide nota n.º 22.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(264.653)	174.667	(89.986)	(88.225)
Saldo no final do período	40.753	(26.901)	13.852	15.613

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Amortização do ágio	(5.180)	(5.802)
Reversão da provisão	3.419	3.829
Benefício fiscal	1.761	1.973
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste em 2002.

	2020	2021	2022	2023 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	587	2.097	1.872	4.495	4.801	13.852

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período.

A íntegra das informações relacionadas a essas contas está descrita na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.858	6.817	36.846	55.521
Variações monetárias	237	111	570	918
(-) Baixas	(114)	-	-	(114)
Saldos em 30 de setembro de 2020	11.981	6.928	37.416	56.325

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

9. INVESTIMENTO

9.1. Composição

	Participação acionária	Valor Patrimonial	
		30/09/2020	31/12/2019
Controlada			
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	170.765	170.647

9.2. Movimentação

	31/12/2019	Equivalência patrimonial	30/09/2020
Controlada			
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	170.647	118	170.765
	170.647	118	170.765

10. IMOBILIZADO

10.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	30/09/2020			31/12/2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.375.513	(1.708.814)	1.666.699	1.774.566	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	457.373	(254.372)	203.001	214.952	3,7%
Máquinas e equipamentos	1.014.050	(428.966)	585.084	591.749	4,0%
Veículos	9.105	(5.568)	3.537	2.203	10,6%
Móveis e utensílios	1.256	(1.016)	240	282	2,5%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Direito de Uso (IFRS 16)	5.057	(996)	4.061	4.605	26,3%
	4.875.544	(2.399.732)	2.475.812	2.601.547	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatório, barragens e adutora	2.631	-	2.631	2.545	
Edificações, obras civis e benfeitorias	349	-	349	1.013	
Máquinas e equipamentos	36.387	-	36.387	44.830	
Veículos	740	-	740	2.040	
Móveis e utensílios	-	-	-	7	
	41.153	-	41.153	51.481	
	4.916.697	(2.399.732)	2.516.965	2.653.028	
(-) Obrigações especiais	(1.460)	719	(741)	(829)	
	4.915.237	(2.399.013)	2.516.224	2.652.199	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	30/09/2020			31/12/2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.698	-	223.698	223.698	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.610.512	(1.743.969)	1.866.543	1.978.021	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	495.659	(260.435)	235.224	247.802	3,6%
Máquinas e equipamentos	1.136.668	(455.563)	681.105	689.884	3,9%
Veículos	9.514	(5.683)	3.831	2.412	10,6%
Móveis e utensílios	1.410	(1.073)	337	390	3,0%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Direito de Uso (IFRS 16)	5.057	(996)	4.061	4.605	26,3%
	5.281.843	(2.467.719)	2.814.124	2.946.137	
Em curso					
Terrenos	18.210	-	18.210	11.895	
Reservatório, barragens e adutora	2.633	-	2.633	2.547	
Edificações, obras civis e benfeitorias	541	-	541	1.205	
Máquinas e equipamentos	39.015	-	39.015	46.503	
Veículos	740	-	740	2.163	
Móveis e utensílios	-	-	-	7	
	61.139	-	61.139	64.320	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	(202.588)	(202.588)	
	(202.588)	-	(202.588)	(202.588)	
	5.140.394	(2.467.719)	2.672.675	2.807.869	
(-) Obrigações especiais	(1.460)	719	(741)	(829)	
	5.138.934	(2.467.000)	2.671.934	2.807.040	



10.2. Movimentação

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.774.566	-	-	1.125	(108.992)	1.666.699
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	-	-	865	(12.816)	203.001
Máquinas e equipamentos	591.749	-	(1.399)	25.246	(30.512)	585.084
Veículos	2.203	-	-	2.055	(721)	3.537
Móveis e utensílios	282	-	(17)	(1)	(24)	240
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Direito de Uso (IFRS 16)	4.605	452	-	-	(996)	4.061
	2.601.547	452	(1.416)	29.290	(154.061)	2.475.812
Em curso						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.545	65	-	21	-	2.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	201	-	(865)	-	349
Máquinas e equipamentos	44.830	17.941	-	(26.384)	-	36.387
Veículos	2.040	755	-	(2.055)	-	740
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-
	51.481	18.962	-	(29.290)	-	41.153
	2.653.028	19.414	(1.416)	-	(154.061)	2.516.965
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	90	(741)
	2.652.199	19.395	(1.399)	-	(153.971)	2.516.224

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço							
Terrenos	223.698	-	-	-	-	-	223.698
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	-	-	1.125	(112.603)	-	1.866.543
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	-	865	(13.443)	-	235.224
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(1.407)	25.980	(33.352)	-	681.105
Veículos	2.412	-	-	2.178	(759)	-	3.831
Móveis e utensílios	390	-	(19)	(2)	(32)	-	337
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Direito de Uso (IFRS 16)	4.605	452	-	-	(996)	-	4.061
	2.946.137	452	(1.426)	30.146	(161.185)	-	2.814.124
Em curso							
Terrenos	11.895	43	-	-	-	6.272	18.210
Reservatório, barragens e adutora	2.547	65	-	21	-	-	2.633
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	201	-	(865)	-	-	541
Máquinas e equipamentos	46.503	19.988	-	(27.476)	-	-	39.015
Veículos	2.163	755	-	(2.178)	-	-	740
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-	-
	64.320	21.052	-	(30.505)	-	6.272	61.139
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	-	(202.588)
	(202.588)	-	-	-	-	-	(202.588)
	2.807.869	21.504	(1.426)	(359)	(161.185)	6.272	2.672.675
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	90	-	(741)
	2.807.040	21.485	(1.409)	(359)	(161.095)	6.272	2.671.934

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2019
Em serviço						
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatório, barragens e adutora	1.921.168	965	-	169	(109.129)	1.813.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	232.067	180	-	-	(12.844)	219.403
Máquinas e equipamentos	643.223	20.029	(2.851)	471	(31.745)	629.127
Veículos	3.482	1.157	(52)	(324)	(656)	3.607
Móveis e utensílios	263	367	(1)	(316)	(22)	291
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	2.814.439	22.698	(2.904)	-	(154.396)	2.679.837
(-) Obrigações especiais	(955)	-	-	-	95	(860)
	2.813.484	22.698	(2.904)	-	(154.301)	2.678.977

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2019
Em serviço						
Terrenos	235.458	109	-	-	-	235.567
Reservatório, barragens e adutora	2.129.442	967	-	169	(112.743)	2.017.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.753	180	-	-	(13.471)	252.462
Máquinas e equipamentos	745.063	20.809	(2.852)	471	(34.549)	728.942
Veículos	3.716	1.278	(52)	(324)	(671)	3.947
Móveis e utensílios	361	367	(1)	(316)	(27)	384
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.179.118	23.710	(2.905)	-	(161.461)	3.038.462
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	2.976.530	23.710	(2.905)	-	(161.461)	2.835.874
(-) Obrigações especiais	(955)	-	-	-	95	(860)
	2.975.575	23.710	(2.905)	-	(161.366)	2.835.014

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 foi de R\$ 46.956 e R\$ 48.665, respectivamente.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

11. INTANGÍVEL

11.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
	30/09/2020			31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	53.494	(36.380)	17.114	18.503	3,5%
Software	33.720	(29.899)	3.821	5.199	5,9%
Servidão de passagem	75	-	75	75	0,0%
	87.289	(66.279)	21.010	23.777	
Em curso					
Software	4.188	-	4.188	120	
	4.188	-	4.188	120	
	91.477	(66.279)	25.198	23.897	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-	
	89.269	(64.071)	25.198	23.897	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
	30/09/2020		31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	53.494	(36.380)	17.114	18.504	3,5%
Software	34.143	(30.012)	4.131	5.199	6,1%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	-	235	7,4%
Servidão de passagem	265	-	265	265	0,0%
	92.137	(70.627)	21.510	24.203	
Em curso					
Software	4.188	-	4.188	120	
Servidão de passagem	44	-	44	44	
	4.232	-	4.232	164	
	96.369	(70.627)	25.742	24.367	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-	
	94.161	(68.419)	25.742	24.367	

11.2. Movimentação

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.503	-	-	(1.389)	17.114
Software	5.199	-	125	(1.503)	3.821
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	23.777	-	125	(2.892)	21.010
Em curso					
Software	120	4.193	(125)	-	4.188
	120	4.193	(125)	-	4.188
	23.897	4.193	-	(2.892)	25.198
(-) Obrigações especiais	-	-	-	-	-
	23.897	4.193	-	(2.892)	25.198

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.504	-	-	(1.390)	17.114
Software	5.199	-	484	(1.552)	4.131
Renovação de licença operacional (LO)	235	-	-	(235)	-
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
	24.203	-	484	(3.177)	21.510
Em curso					
Software	120	4.193	(125)	-	4.188
Servidão de passagem	44	-	-	-	44
	164	4.193	(125)	-	4.232
	24.367	4.193	359	(3.177)	25.742
(-) Obrigações especiais	-	-	-	-	-
	24.367	4.193	359	(3.177)	25.742

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização	Valor líquido em 30/09/2019
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	20.354	-	-	(1.388)	18.966
Software	7.711	49	(150)	(1.742)	5.868
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
Direito de Uso (IFRS 16)	-	1.662	-	(404)	1.258
	28.140	1.711	(150)	(3.534)	26.167

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização	Valor líquido em 30/09/2019
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	20.354	-	-	(1.388)	18.966
Software	7.713	49	(150)	(1.743)	5.869
Renovação de licença operacional (LO)	1.647	-	-	(1.059)	588
Servidão de passagem	309	-	-	-	309
Direito de Uso (IFRS 16)	-	1.662	-	(404)	1.258
	30.023	1.711	(150)	(4.594)	26.990

A adição de software ocorrida no período se refere a licença para implementação do novo ERP.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

12. FORNECEDORES

12.1. Composição

	Controladora					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	1.147.862	-	1.147.862	1.001.494	-	1.001.494
Materiais e serviços contratados	6.085	-	6.085	17.329	-	17.329
Encargos de uso da rede elétrica	14.325	24.730	39.055	13.772	23.535	37.307
Tust	12.443	-	12.443	11.942	-	11.942
Tusd-g	1.862	24.730	26.592	1.808	23.535	25.343
Encargos de conexão	20	-	20	22	-	22
Arrendamento - IFRS 16	1.571	2.888	4.459	974	3.736	4.710
	1.169.843	27.618	1.197.461	1.033.569	27.271	1.060.840

	Consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	1.169.983	-	1.169.983	1.023.881	-	1.023.881
Materiais e serviços contratados	6.627	-	6.627	18.529	-	18.529
Encargos de uso da rede elétrica	14.374	24.730	39.104	13.817	23.535	37.352
Tust	12.443	-	12.443	11.942	-	11.942
Tusd-g	1.911	24.730	26.641	1.853	23.535	25.388
Encargos de conexão	20	-	20	22	-	22
Arrendamento - IFRS 16	1.571	2.888	4.459	974	3.736	4.710
	1.192.555	27.618	1.220.173	1.057.201	27.271	1.084.472

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 1.107.799 na Controladora e R\$ 1.129.920 no Consolidado (R\$ 953.167 e R\$ 972.502 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), referente ao recebimento da CCEE relativo as liminares sobre o GSF concedida à Apine e Garantia física, conforme descrito nas notas explicativas 1.2 e 1.3.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando a íntegra das informações descrita na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

12.2. Movimentação arrendamento – IFRS 16

Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.710
Apropriação ajuste a valor presente	(53)
Atualização	515
Pagamentos	(988)
Ajuste a valor presente	275
Saldo em 30 de setembro de 2020	4.459

13. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	4.479	-	4.479	4.719	-	4.719
P&D*	14.421	11.079	25.500	5.403	15.216	20.619
TFSEE	552	-	552	554	-	554
	19.452	11.079	30.531	10.676	15.216	25.892

	Consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	4.479	-	4.479	4.719	-	4.719
P&D*	14.421	11.079	25.500	5.403	15.216	20.619
TFSEE	560	-	560	562	-	562
	19.460	11.079	30.539	10.684	15.216	25.900

(*) Pesquisa e desenvolvimento

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

14. DEBÊNTURES

14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado					
				30/09/2020					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	41.368	124.693	166.675	73.768	240.443
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	31.886	111.902	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	11.751	111.751	100.000	10.218	110.218
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	(109)	(109)	160.000	(375)	159.625
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	4.946	4.946	160.000	12.880	172.880
				263.341	89.842	353.183	586.675	96.491	683.166

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado					
				31/12/2019					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	-	9.847	9.847	250.000	104.530	354.530
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	27.295	107.287	80.016	36.405	116.421
7ª	1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	220.000	4.259	224.259	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	4.425	4.425	200.000	16.745	216.745
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	2.246	2.246	160.000	(562)	159.438
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.311	7.311	160.000	10.037	170.037
				299.992	55.383	355.375	850.016	167.155	1.017.171

14.2. Vencimento

Controladora e consolidado					
Vencimento a longo prazo	2021-2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	309.862	200.022	86.574	86.708	683.166

14.3. Movimentação

	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão		8ª Emissão		Total
	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	Série 2	Série 2	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.377	223.708	224.259	221.170	161.684	177.348	1.372.546
Amortização de custos de transação	58	214	416	281	187	134	1.290
Apropriação de juros	16.412	8.745	5.072	9.613	3.905	7.168	50.915
Apropriação de variação monetária	6.126	3.215	-	3.753	-	2.710	15.804
Pagamento de debêntures	-	(79.992)	(220.000)	-	-	-	(299.992)
Pagamento de juros	(21.837)	(15.297)	(9.747)	(12.848)	(6.260)	(9.534)	(75.523)
Pagamento de variação monetária	-	(28.691)	-	-	-	-	(28.691)
Saldos em 30 de setembro de 2020	365.136	111.902	-	221.969	159.516	177.826	1.036.349

A íntegra das informações relacionadas a debêntures está descrita na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 exceto pela atualização dos *covenants* financeiros, apresentados a seguir.

14.4. Covenants financeiros

Considerando os últimos 12 meses, em relação ao período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme quadro abaixo:

	Acumulado dos 12 últimos meses em 30/09/2020
Ebitda	779.504
Dívida líquida	7.613
Dívida total	1.036.349
Capital social	839.138
Resultado financeiro	233.425

Índice financeiro	Limites	30/09/2020
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	3,34
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,01
Dívida total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,55

15. DIVIDENDOS

15.1. Movimentação

	Controladora e consolidado				
	Saldos em 31/12/2019	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Reclassificações	Saldos em 30/09/2020
Rio Paranapanema Participações S.A.	120.363	(120.363)	-	-	-
Acionistas não controladores	6.217	(4.669)	(120)	(99)	1.329
	126.580	(125.032)	(120)	(99)	1.329

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme art. 287 da Lei 6404/76.

16. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

16.1. Movimentação

	Controladora e consolidado			
	Saldos em 31/12/2019	JSCP pagos	Reclassificações	Saldos em 30/09/2020
Rio Paranapanema Participações S.A.	55.600	(55.600)	-	-
Acionistas não controladores	2.328	(2.189)	99	238
	57.928	(57.789)	99	238

17. PARTES RELACIONADAS

17.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A, que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

17.1.1. Composição patrimonial

	Controladora			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	7	1.264	-	1.360
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	422	-	404
Rio Parana Energia S.A.	3	-	-	-
Rio Paranapanema Participações S.A.	360	-	474	-
	370	1.686	474	1.764



	Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	7	1.264	-	1.360
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	492	-	471
Rio Parana Energia S.A.	3	-	-	-
Rio Paranapanema Participações S.A.	360	-	474	-
	370	1.756	474	1.831

17.1.2. Resultado

	Controladora						
	30/09/2020				30/09/2019		
	Despesa de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	7	(12.128)	-	(12.121)	(9.545)	-	(9.545)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(3.854)	(3.854)	-	(3.695)	(3.695)
Rio Parana Energia S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Rio Paranapanema Participações S.A.	-	3.144	-	3.144	2.277	-	2.277
	10	(8.984)	(3.854)	(12.828)	(7.268)	(3.695)	(10.963)

	Consolidado						
	30/09/2020				30/09/2019		
	Despesa de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	7	(12.128)	-	(12.121)	(9.545)	-	(9.545)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.492)	(4.492)	-	(4.307)	(4.307)
Rio Parana Energia S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Rio Paranapanema Participações S.A.	-	3.144	-	3.144	2.277	-	2.277
	10	(8.984)	(4.492)	(13.466)	(7.268)	(4.307)	(11.575)

17.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Benefícios de curto prazo para administradores	997	2.905	955	1.435
Benefícios pós-emprego	40	103	28	43
Conselho fiscal	284	825	550	820
	1.321	3.833	1.533	2.298

17.3. Garantias em operações comerciais

Na medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais a Rio Paranapanema Participações S.A. é a garantidora dessas operações. O montante de garantias emitidos pela Rio Paranapanema Participações S.A. em setembro de 2020 é de R\$ 49.430 (R\$ 56.877 respectivamente em 31 de dezembro de 2019).

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019

18. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

18.1. Provisões para riscos prováveis

18.1.1. Composição

	Controladora			
	30/09/2020			31/12/2019
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	14.026	(3.682)	10.344	12.194
Fiscais	19.311	(954)	18.357	18.182
Cíveis	2.111	(276)	1.835	1.771
Ambientais	6.344	(175)	6.169	5.991
	41.792	(5.087)	36.705	38.138

	Consolidado			
	30/09/2020			31/12/2019
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	14.424	(3.781)	10.643	12.726
Fiscais	19.311	(954)	18.357	18.182
Cíveis	8.383	(276)	8.107	1.771
Ambientais	6.344	(175)	6.169	5.991
	48.462	(5.186)	43.276	38.670

18.1.2. Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.194	18.182	1.771	5.991	38.138
Provisões para riscos					
Provisões / reversões	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Variações monetárias	944	217	230	128	1.519
Acordos / pagamentos	(1.529)	-	(176)	-	(1.705)
	(1.718)	217	54	128	(1.319)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(164)	(42)	10	-	(196)
(Adições)	(1.506)	-	-	-	(1.506)
Baixas	1.538	-	-	50	1.588
	(132)	(42)	10	50	(114)
Saldo em 30 de setembro de 2020	10.344	18.357	1.835	6.169	36.705

	Consolidado					Total
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	-	1.771	5.991	38.670
Provisões para riscos						
Provisões / reversões	(1.265)	-	-	-	-	(1.265)
Provisões(*)	-	-	6.272	-	-	6.272
Variações monetárias	984	217	-	230	128	1.559
Acordos / pagamentos	(1.626)	-	-	(176)	-	(1.802)
	(1.907)	217	6.272	54	128	4.764
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(167)	(42)	-	10	-	(199)
(Adições)	(1.561)	-	-	-	-	(1.561)
Baixas	1.552	-	-	-	50	1.602
	(176)	(42)	-	10	50	(158)
Saldo em 30 de setembro de 2020	10.643	18.357	6.272	1.835	6.169	43.276

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

A variação observada na contingência trabalhista se dá em razão de êxito no encerramento de processos no período.

A variação observada na contingência cível, trata-se de ação de desapropriação ajuizada pela Controlada Rio Sapucaí-Mirim em face de Millernad Badran na qual se discute a desapropriação de imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada determinando que a indenização a ser paga em decorrência da desapropriação fosse calculada como terra rural. Em segunda instância o Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu a decisão e considerou que o cálculo deve ser elaborado considerando a propriedade como imóvel urbano. Atualmente o valor envolvido com risco de perda provável é de R\$ 6.272.

18.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Trabalhistas	7.314	5.267	7.314	5.267
Fiscais	204.102	135.033	204.102	135.033
Ambientais	35.587	32.661	35.587	32.661
Regulatórias	130.601	123.029	130.601	123.029
Cíveis	3.067	2.791	26.603	2.791
	380.671	298.781	404.207	298.781

A variação nas contingências possíveis fiscais, decorre de um Mandado de Segurança impetrado pela APINE (Associação Brasileira dos Produtos Independentes de Energia Elétrica), visando reconhecer que as Associadas não devem estar sujeitas à incidência das taxas TCFRH (Taxa de Controle e Fiscalização das Atividades de Exploração e do Aproveitamento de Recursos Hídricos) e da TCFRM (Taxa de Controle e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais), previstas na Lei nº 18.878/2016. A decisão de primeira instância foi positiva para as Associadas.

Atualmente o processo está aguardando decisão de segunda instância. O valor envolvido no caso é de R\$ 77.000.

A variação nas contingências possíveis cíveis, trata-se de ação de desapropriação ajuizada pela Controlada Rio Sapucaí-Mirim em face de Millernad Badran na qual se discute a desapropriação

de imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada determinando que a indenização a ser paga em decorrência da desapropriação fosse calculada como terra rural. Em segunda instância o Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu a decisão e considerou que o cálculo deve ser elaborado considerando a propriedade como imóvel urbano. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R\$ 23.236.

As demais variações do período referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia no período.

A íntegra dessas informações está descrita na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2019) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Posição acionária em 30/09/2020 (Em ações unitárias)						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rio Parapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	816.412	1,30	818.933	0,87
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,93	2.483.838	3,94	2.778.353	2,94
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Posição acionária em 31/12/2019 (Em ações unitárias)						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rio Parapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	937.600	1,49	940.400	1,00
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.362.650	3,75	2.656.886	2,81
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

A íntegra dessas informações relacionadas está descrita na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.



20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	368.429	1.131.885	353.781	1.087.416
Mercado de curto prazo (MCP)	69.442	149.534	14.516	82.765
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	7.319	9.351
	437.871	1.281.419	375.616	1.179.532
Outras receitas				
Outras receitas	84	335	79	226
	84	335	79	226
Total receita operacional bruta	437.955	1.281.754	375.695	1.179.758
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(34.263)	(104.770)	(32.780)	(106.332)
ICMS	(9.770)	(28.113)	(5.489)	(15.911)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(3.766)	(10.993)	(3.242)	(10.102)
	(47.799)	(143.876)	(41.511)	(132.345)
Receita operacional líquida	390.156	1.137.878	334.184	1.047.413

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	375.256	1.151.480	359.978	1.105.462
Mercado de curto prazo (MCP)	69.555	150.303	14.681	83.455
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	303	7.319	9.521
	444.811	1.302.086	381.978	1.198.438
Outras receitas				
Outras receitas	84	335	80	226
	84	335	80	226
Total receita operacional bruta	444.895	1.302.421	382.058	1.198.664
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(34.516)	(105.522)	(33.026)	(107.050)
ICMS	(9.770)	(28.113)	(5.489)	(15.911)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(3.766)	(10.993)	(3.242)	(10.102)
	(48.052)	(144.628)	(41.757)	(133.063)
Receita operacional líquida	396.843	1.157.793	340.301	1.065.601

21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

21.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.040.528	368.429	6.332.990	1.131.885
Mercado de curto prazo (MCP)	260.497	69.442	496.910	149.534
	2.301.025	437.871	6.829.900	1.281.419

	Controladora			
	01/07/2019 a 30/09/2019		01/01/2019 a 30/09/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.193.285	353.781	6.460.407	1.087.416
Mercado de curto prazo (MCP)	(5.992)	14.516	379.529	82.765
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	617.387	7.319	799.156	9.351
	2.804.680	375.616	7.639.092	1.179.532

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.075.546	375.256	6.432.243	1.151.480
Mercado de curto prazo (MCP)	261.039	69.555	499.281	150.303
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	24.023	303
	2.336.585	444.811	6.955.547	1.302.086

	Consolidado			
	01/07/2019 a 30/09/2019		01/01/2019 a 30/09/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.226.266	359.978	6.558.007	1.105.462
Mercado de curto prazo (MCP)	(5.992)	14.681	382.866	83.455
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	617.387	7.319	813.316	9.521
	2.837.661	381.978	7.754.189	1.198.438

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no período de 2020 e de 2019:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2020	2019	2020	2019
Energia disponível para venda	984	984	16	16
ACL	742	746	15	15
Contratos bilaterais de venda de energia	916	916	15	15
Contratos bilaterais de compra de energia	(174)	(170)	0	0
Energia livre para contratação	242	238	1	1
Percentual de energia contratada	75,4%	75,8%	93,8%	93,8%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

21.2. Energia elétrica comprada

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	563.808	(107.486)	1.037.305	(191.389)
Mercado de curto prazo (MCP)	-	-	20.512	(865)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	561.650	(6.943)	1.991.732	(33.769)
	1.125.458	(114.429)	3.049.549	(226.023)

	Controladora			
	01/07/2019 a 30/09/2019		01/01/2019 a 30/09/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	428.579	(92.158)	1.042.251	(194.334)
Mercado de curto prazo (MCP)	60.145	(12.375)	69.954	(17.194)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	63.022	1.615	969.845	(14.956)
	551.746	(102.918)	2.082.050	(226.484)

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	563.808	(107.486)	1.037.305	(191.389)
Mercado de curto prazo (MCP)	4.589	(428)	30.259	(2.006)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	588.778	(7.517)	2.022.232	(34.477)
	1.157.175	(115.431)	3.089.796	(227.872)

	Consolidado			
	01/07/2019 a 30/09/2019		01/01/2019 a 30/09/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	431.555	(92.855)	1.045.227	(195.032)
Mercado de curto prazo (MCP)	66.026	(13.565)	78.019	(18.845)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	77.419	1.250	987.960	(15.375)
	575.000	(105.170)	2.111.206	(229.252)

(*) Não revisado pelos auditores independentes

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Tust	(31.163)	(91.182)	(30.242)	(87.281)
Tusd	(4.771)	(14.039)	(3.235)	(9.256)
Encargos de conexão	(30)	(128)	(49)	(141)
	(35.964)	(105.349)	(33.526)	(96.678)

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Tust	(31.163)	(91.182)	(30.242)	(87.281)
Tusd	(4.919)	(14.454)	(3.368)	(9.689)
Encargos de conexão	(30)	(128)	(49)	(142)
	(36.112)	(105.764)	(33.659)	(97.112)

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 22 da demonstração financeira anual do exercício de 2019.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas				
Aplicações financeiras	6.039	26.777	15.655	46.297
Variações monetárias	577	2.146	7.648	10.021
Depósitos judiciais	577	2.141	1.262	3.635
Indenização socioambiental	-	5	1	1
Atualização monetária referente a liminar GSF	-	-	6.385	6.385
Outras receitas financeiras	89	689	46	1.277
	6.705	29.612	23.349	57.595
Despesas				
Juros	(15.058)	(50.915)	(21.422)	(67.935)
Juros sobre debêntures	(15.058)	(50.915)	(21.422)	(67.935)
Variações monetárias	(108.738)	(160.805)	(9.033)	(75.229)
Atualização monetária referente a liminar GSF	(96.978)	(139.261)	(3.838)	(39.923)
Indenização socioambiental	(1.137)	(1.707)	31	(453)
Provisões para riscos	(530)	(1.519)	(486)	(1.619)
Tusd-g	(509)	(2.222)	(1.478)	(4.311)
Debêntures	(9.535)	(15.804)	(2.973)	(28.223)
Outras	(49)	(292)	(289)	(700)
Despesas plano de pensão	(1.046)	(3.136)	(460)	(1.349)
Arrendamento (IFRS 16)	(120)	(275)	17	(118)
Outras despesas financeiras	(845)	(3.268)	(1.552)	(4.849)
	(125.807)	(218.399)	(32.450)	(149.480)
	(119.102)	(188.787)	(9.101)	(91.885)

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas				
Aplicações financeiras	6.243	27.599	17.152	50.667
Variações monetárias	600	2.202	7.806	10.260
Depósitos judiciais	600	2.197	1.293	3.747
Indenização socioambiental	-	5	1	1
Atualização monetária referente a liminar GSF	-	-	6.512	6.512
Outras receitas financeiras	102	744	113	1.395
	6.945	30.545	25.071	62.322
Despesas				
Juros	(15.058)	(50.915)	(21.422)	(67.935)
Juros sobre debêntures	(15.058)	(50.915)	(21.422)	(67.935)
Variações monetárias	(110.686)	(163.631)	(9.114)	(76.112)
Atualização monetária referente a liminar GSF	(98.916)	(142.047)	(3.913)	(40.786)
Indenização socioambiental	(1.137)	(1.707)	31	(453)
Provisões para riscos	(540)	(1.559)	(492)	(1.639)
Tusd-g	(509)	(2.222)	(1.478)	(4.311)
Debêntures	(9.535)	(15.804)	(2.973)	(28.223)
Outras	(49)	(292)	(289)	(700)
Despesas plano de pensão	(1.046)	(3.136)	(460)	(1.349)
Arrendamento (IFRS 16)	(120)	(275)	17	(118)
Outras despesas financeiras	(844)	(3.279)	(1.600)	(4.909)
	(127.754)	(221.236)	(32.579)	(150.423)
	(120.809)	(190.691)	(7.508)	(88.101)

O resultado financeiro teve uma redução significativa, em comparação ao ano anterior, principalmente em razão da atualização monetária referente a liminar GSF, que é indexada pelo IGP-M.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	30/09/2020			30/09/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	320.370			325.402		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(80.093)	(28.833)	(108.926)	(81.351)	(29.286)	(110.637)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	1.697	(56)	1.641	1.695	(55)	1.640
Despesas indedutíveis	(411)	(148)	(559)	(415)	(128)	(543)
Incentivos fiscais	600	-	600	545	-	545
Resultado equivalência patrimonial	29	11	40	287	103	390
Amortização agio da Duke sudeste	13	5	18	15	5	20
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	(49)	(18)	(67)
Ajuste de preço	-	-	-	284	102	386
Outros	18	-	18	29	6	35
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(78.147)	(29.021)	(107.168)	(78.960)	(29.271)	(108.231)
IRPJ e CSLL correntes	125.412	46.036	171.448	104.752	38.556	143.308
IRPJ e CSLL diferidos	(47.265)	(17.015)	(64.280)	(25.792)	(9.285)	(35.077)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	78.147	29.021	107.168	78.960	29.271	108.231
Ajustes diferidos - períodos anteriores	-	-	-	(798)	5	(793)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.147	29.021	107.168	78.162	29.276	107.438
Alíquota efetiva	24,4%	9,1%	33,5%	24,3%	9,0%	33,3%

	Consolidado					
	30/09/2020			30/09/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	321.304			327.551		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(80.326)	(28.917)	(109.243)	(81.889)	(29.480)	(111.369)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	1.697	(56)	1.641	1.695	(55)	1.640
Despesas indedutíveis	(411)	(148)	(559)	(415)	(128)	(543)
Incentivos fiscais	600	-	600	545	-	545
Resultado equivalência patrimonial	29	11	40	287	103	390
Amortização agio da Duke sudeste	13	5	18	15	5	20
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(395)	(222)	(617)	(986)	(431)	(1.417)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	(49)	(18)	(67)
Ajuste de preço	-	-	-	284	102	386
Outros	18	-	18	29	6	35
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(78.775)	(29.327)	(108.102)	(80.484)	(29.896)	(110.380)
IRPJ e CSLL correntes	126.040	46.342	172.382	106.276	39.181	145.457
IRPJ e CSLL diferidos	(47.265)	(17.015)	(64.280)	(25.792)	(9.285)	(35.077)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	78.775	29.327	108.102	80.484	29.896	110.380
Ajustes diferidos - períodos anteriores	-	-	-	(798)	5	(793)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.775	29.327	108.102	79.686	29.901	109.587
Alíquota efetiva	24,5%	9,1%	33,6%	24,6%	9,1%	33,7%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro líquido por ação é calculado utilizando o resultado do período, dividido pela quantidade média ponderada, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Preferenciais	7.365	142.134	35.923	145.309
Ordinários	3.683	71.068	17.962	72.655
	11.048	213.202	53.885	217.964
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Preferenciais	0,11699	2,25771	0,57062	2,30813
Ordinários	0,11699	2,25771	0,57062	2,30813

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa 26 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para esse ITR.

25.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Consolidado					
	Classificação	Hierarquia do valor justo	30/09/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 1	1.027.944	1.027.944	1.121.907	1.121.907
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	Nível 1	792	792	597	597
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	197.602	197.602	148.396	148.396
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	370	370	474	474
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	56.325	56.325	55.521	55.521
			1.283.033	1.283.033	1.326.895	1.326.895
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	1.220.173	1.220.173	1.084.472	1.084.472
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	30.539	30.539	25.900	25.900
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	1.756	1.756	1.831	1.831
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.036.349	1.062.771	1.372.546	1.327.763
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	238	238	57.928	57.928
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	1.329	1.329	126.580	126.580
			2.290.384	2.316.806	2.669.257	2.624.474

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2019 e nem no período de nove meses, findos em 30 de setembro de 2020. Também não há exposição a variações cambiais por operações em moeda estrangeira.

26. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme consta nas apólices de seguros, são as seguintes:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	1.140.712
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2019 a 08/12/2020	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(*) Não revisado pelos auditores independentes

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	46.956	48.665
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	2.527	706
Imposto diferido sobre plano de pensão	862	239
Imposto de renda e contribuição social sobre a projeção a partir da revisão das premissas macroeconômicas do plano de pensão	6.278	-

O montante de R\$ 6.278 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre o efeito decorrente da redução da taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial do plano de benefício definido da Companhia registrado em dezembro de 2019 no passivo de longo prazo em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme descrito na nota explicativa 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

28. COMPROMISSOS

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1. Plano Nacional de Segurança de Barragens

A partir do dia 1º de novembro entrou em vigor uma nova Política Nacional de Segurança das Barragens (PNSB) com através da Lei 14.066, de 2020. Tal legislação ainda não teve sua regulamentação divulgada, apesar de toda a estruturação que os processos já detêm, a companhia aguarda pelas determinações para então, avaliar os impactos e adaptações que precisarem ser refletidas no procedimento em vigor.

Para o setor elétrico a Aneel será a responsável pela regulamentação dos itens que demandam esse tipo de ação. Entretanto, a legislação já é aplicável para os itens que não demandam regulamentação. Os processos da CTG Brasil atendem aos requisitos da antiga Lei 12.334/2010 e serão ajustados a nova regulamentação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2020 e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2020.

São Paulo, 11 de novembro de 2020.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Relações com Investidores
Rio Paranapanema Energia S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Yujun Liu
Presidente

José Renato Domingues
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Mônica Louise Luling Caldana
Membro Efetivo

Autair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios, Planejamento Energético e
Pesquisa e Desenvolvimento

Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Lucas Morato Teixeira
Contador
CRC - MG-080486-O/7